



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

|                              |                                 |
|------------------------------|---------------------------------|
| <b>Processo TC</b>           | 5857/989/16                     |
| <b>Poder</b>                 | LEGISLATIVO                     |
| <b>Município</b>             | Paulistânia                     |
| <b>Entidade</b>              | CÂMARA MUNICIPAL DE PAULISTÂNIA |
| <b>Período</b>               | 06/2017                         |
| <b>Relator</b>               | Dr. Dimas Eduardo Ramalho       |
| <b>Unidade Fiscalizadora</b> | UR-02 UNIDADE REGIONAL DE BAURU |
| <b>Responsável</b>           | JOSÉ MAURO CADAMURO             |
| <b>Cargo</b>                 | PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  |
| <b>CPF</b>                   | 004.786.318-80                  |
| <b>Período de Gestão</b>     | 01/01/2017 a 31/12/2018         |

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

## 2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

| Período | Desp. Pessoal  | RCL               | % Gasto | % Ref.  |
|---------|----------------|-------------------|---------|---------|
| 6/2017  | R\$ 509.285,67 | R\$ 13.546.403,02 | 3,7596% | 3,7596% |

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 3,7596%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

## 2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

|   |                |
|---|----------------|
| Disponibilidade Financeira no final do período      | R\$ 33.689,32  |
| (-) Saldo de Restos a Pagar até o período           | R\$ 0.00       |
| (-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período       | R\$ 595,73     |
| (-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar           | R\$ 40.226,88  |
| (=) Liquidez do Período                             | R\$ -7.133,29  |
| (+) Saldo da Receita Prevista a Realizar            | R\$ 378.000,00 |
| (-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar          | R\$ 366.475,62 |
| (-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar | R\$ 0.00       |
| (=) Liquidez Projetada                              | R\$ 4.391,09   |

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente superávit, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 62,69%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

|  |                |
|--|----------------|
| Repasse total da Prefeitura                          | R\$ 378.000,00 |
| Despesas com inativos e pensionistas                 | R\$ 0,00       |
| Despesas com folha de pagamento                      | R\$ 236.972,21 |
| <b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>   | <b>62,69%</b>  |
| Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000) | 70,00%         |

## 2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

|   |                   |
|---|-------------------|
| Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior | R\$ 11.922.132,26 |
| Despesa total com remuneração de Vereadores       | R\$ 141.000,00    |
| Limite art.º 29-A da CF/88                        | 5,00%             |
| <b>Apuração do limite</b>                         | <b>1,18%</b>      |

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,18%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

## 2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

|  |                   |
|--|-------------------|
| População do Município (*)                     | 1840              |
| Receita Tributária Ampliada exercício anterior | R\$ 11.922.132,26 |
| Percentual Máximo Permitido                    | 7,00%             |
| Valor Permitido para Repasses                  | R\$ 834.549,25    |
| Total de Despesas do exercício                 | R\$ 389.524,38    |
| Percentual Apurado                             | 3,27%             |

(\*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 3,27%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

## 3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

### 3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 18/08/2017  
**Hora da Geração:** 22:52:04

